



Simulado de Diagnóstico

TSE

UNIFICADO

O PRÓXIMO NÍVEL

Técnico Judiciário – Área Administrativa
Agente da Polícia Judicial - Pós-Edital

ESTRATÉGIA CONCURSOS

Simulado

Simulado TSE Unificado (TJAA - Agente de Polícia Judicial)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Técnico Judiciário - Área Administrativa - Agente de Polícia Judicial do TSE**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/mASCUCCJzFjdHvQ7>

01 - ☐ C ☐ E	16 - ☐ C ☐ E	31 - ☐ C ☐ E	46 - ☐ C ☐ E	61 - ☐ C ☐ E	76 - ☐ C ☐ E	91 - ☐ C ☐ E	106 - ☐ C ☐ E
02 - ☐ C ☐ E	17 - ☐ C ☐ E	32 - ☐ C ☐ E	47 - ☐ C ☐ E	62 - ☐ C ☐ E	77 - ☐ C ☐ E	92 - ☐ C ☐ E	107 - ☐ C ☐ E
03 - ☐ C ☐ E	18 - ☐ C ☐ E	33 - ☐ C ☐ E	48 - ☐ C ☐ E	63 - ☐ C ☐ E	78 - ☐ C ☐ E	93 - ☐ C ☐ E	108 - ☐ C ☐ E
04 - ☐ C ☐ E	19 - ☐ C ☐ E	34 - ☐ C ☐ E	49 - ☐ C ☐ E	64 - ☐ C ☐ E	79 - ☐ C ☐ E	94 - ☐ C ☐ E	109 - ☐ C ☐ E
05 - ☐ C ☐ E	20 - ☐ C ☐ E	35 - ☐ C ☐ E	50 - ☐ C ☐ E	65 - ☐ C ☐ E	80 - ☐ C ☐ E	95 - ☐ C ☐ E	110 - ☐ C ☐ E
06 - ☐ C ☐ E	21 - ☐ C ☐ E	36 - ☐ C ☐ E	51 - ☐ C ☐ E	66 - ☐ C ☐ E	81 - ☐ C ☐ E	96 - ☐ C ☐ E	111 - ☐ C ☐ E
07 - ☐ C ☐ E	22 - ☐ C ☐ E	37 - ☐ C ☐ E	52 - ☐ C ☐ E	67 - ☐ C ☐ E	82 - ☐ C ☐ E	97 - ☐ C ☐ E	112 - ☐ C ☐ E
08 - ☐ C ☐ E	23 - ☐ C ☐ E	38 - ☐ C ☐ E	53 - ☐ C ☐ E	68 - ☐ C ☐ E	83 - ☐ C ☐ E	98 - ☐ C ☐ E	113 - ☐ C ☐ E
09 - ☐ C ☐ E	24 - ☐ C ☐ E	39 - ☐ C ☐ E	54 - ☐ C ☐ E	69 - ☐ C ☐ E	84 - ☐ C ☐ E	99 - ☐ C ☐ E	114 - ☐ C ☐ E
10 - ☐ C ☐ E	25 - ☐ C ☐ E	40 - ☐ C ☐ E	55 - ☐ C ☐ E	70 - ☐ C ☐ E	85 - ☐ C ☐ E	100 - ☐ C ☐ E	115 - ☐ C ☐ E
11 - ☐ C ☐ E	26 - ☐ C ☐ E	41 - ☐ C ☐ E	56 - ☐ C ☐ E	71 - ☐ C ☐ E	86 - ☐ C ☐ E	101 - ☐ C ☐ E	116 - ☐ C ☐ E
12 - ☐ C ☐ E	27 - ☐ C ☐ E	42 - ☐ C ☐ E	57 - ☐ C ☐ E	72 - ☐ C ☐ E	87 - ☐ C ☐ E	102 - ☐ C ☐ E	117 - ☐ C ☐ E
13 - ☐ C ☐ E	28 - ☐ C ☐ E	43 - ☐ C ☐ E	58 - ☐ C ☐ E	73 - ☐ C ☐ E	88 - ☐ C ☐ E	103 - ☐ C ☐ E	118 - ☐ C ☐ E
14 - ☐ C ☐ E	29 - ☐ C ☐ E	44 - ☐ C ☐ E	59 - ☐ C ☐ E	74 - ☐ C ☐ E	89 - ☐ C ☐ E	104 - ☐ C ☐ E	119 - ☐ C ☐ E
15 - ☐ C ☐ E	30 - ☐ C ☐ E	45 - ☐ C ☐ E	60 - ☐ C ☐ E	75 - ☐ C ☐ E	90 - ☐ C ☐ E	105 - ☐ C ☐ E	120 - ☐ C ☐ E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<http://estrategi.ac/yq8v3f>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe***TEXTO PARA AS QUESTÕES 01 A 07**

Cidadania é um termo que designa a pessoa atribuída dos direitos e deveres de cidadão, ou seja, um indivíduo que vive e coabita na cidade, em comunidade e com as normas criadas pela sociedade e também em nível de negócios e decisões políticas. Tendo se originado na Grécia, o termo atualmente compreende outras definições decorrentes de sua modernização. Na sociedade atual, a cidadania engloba inicialmente as questões relativas à nacionalidade, que significa ser subordinado às leis e direitos ligados a um determinado país, normalmente o de sua origem ou nascimento. Com a atualização, o termo cidadania vem se caracterizando por mais direitos e deveres constantes no fato de uma pessoa ser considerada cidadã, pois a ética da sociedade se modifica conforme ocorre à evolução.

Nesse sentido, surge também ao ideário social o respeito ao meio ambiente como uma das exigências consideradas como necessárias para um ser humano correto que cumpre com seus deveres de cidadão; até porque a cidadania diz respeito à luta pelos direitos humanos e, conforme a Constituição Federal Brasileira, o meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito de todo brasileiro.

Entendemos que a cidadania abrange o cuidado e a preservação do meio ambiente para que todos possam usufruir de um equilíbrio equitativo, com direitos e deveres igualitários a toda população. A vida com cidadania pressupõe um respeito para com o meio ambiente em que se vive, porque na vida em sociedade devemos compreender que dividimos o ambiente habitável com outros seres humanos e também outros seres vivos que participam dos processos ambientais e colaboram para a perfeita sintonia com este equilíbrio ambiental.

Reconhecendo que a cidadania são também as ações simples do dia a dia, como o fato de não jogar lixo nos lugares impróprios e não poluir as fontes de água do planeta, a importância da ética relacionada à vida em sociedade reflete soluções ou problemas para as pessoas que nos cercam. A cidadania hoje é vista como uma forma

de preocupação com os outros indivíduos da sociedade, por meio de ações conscientes para que as minhas ações não sejam motivos de problemas para o meu semelhante.

Os impactos ambientais da atualidade fizeram com que a preocupação com a questão ambiental se tornasse globalizada. Estados Unidos, um país intensamente industrializado, têm colaborado com os acordos internacionais relacionados ao meio ambiente.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como ECO-92, que aconteceu em 1992, no Rio de Janeiro, teve como premissa no Princípio 1 que: os seres humanos constituem o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Têm o direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com o meio ambiente. Portanto, temos o dever implícito como cidadãos conscientes de proteger o nosso lar.

(Colunista Portal – Educação. Cidadania e Meio Ambiente. Disponível em portaleducacao.com.br. Adaptado)

Considerando as ideias, os sentidos e os aspectos linguísticos do texto IV, julgue os seguintes itens.

- 01.** Depreende-se do texto que o conceito de cidadania é construído a partir de direitos e obrigações, uma vez que a vida em sociedade pressupõe uma ética de equilíbrio entre o individual e o coletivo.
- 02.** No primeiro parágrafo, o texto esclarece que o termo 'cidadania', apesar de abarcar em sua origem diferentes significados, atualmente remete apenas a questões relativas à nacionalidade.
- 03.** Sem prejuízo da correção gramatical, a forma verbal 'têm' (5º parágrafo) poderia ser substituída por 'tem'.
- 04.** No primeiro período do segundo parágrafo, em "surge também ao ideário social o respeito ao meio ambiente", o trecho destacado exerce a função de objeto direto do verbo 'surgir'.

05. A supressão do sinal indicativo de crase em " até porque a cidadania diz respeito à luta pelos direitos humanos" manteria a correção gramatical.

06. Sem prejuízo da correção gramatical e do sentido do texto, o trecho "Portanto, temos o dever implícito como cidadãos conscientes de proteger o meio ambiente" poderia ser reescrito da seguinte forma: Conquanto, temos o dever implícito como cidadãos conscientes de proteger o meio ambiente.

07. O 1º parágrafo do texto é predominantemente expositivo.

Julgue os itens a seguir:

08. A frase a seguir está correta quanto à concordância verbal: *É bastante agradável os dias ensolarados, que permite a todas as pessoas aproveitar a praia, a beleza do mar, as ondas e a companhia dos amigos, além de adquirir uma bela cor bronzeada.*

09. A frase "Sua vida constitui em exemplo a ser seguido" está gramaticalmente correta.

10. A frase *Isso explica por que a palavra escrita é a grande ferramenta para entender o mundo* teve a grafia do termo sublinhado explicado exatamente pelas mesmas razões do emprego dele em *O autor declara por que ler ainda é indispensável.*

11. O par de frases a seguir apresenta uma proposta de reescrita gramaticalmente incorreta em relação ao emprego indicativo de crase.

Antes de entrar, bata à porta. / Ao sair, bata a porta.

12. O termo destacado em "*Esse ministro goza de enorme influência sobre o governo*" pode ser reescrito, mantendo os sentidos e a correção gramatical, por usufrui.

13. O trecho "*Costumávamos pensar em sistemas sociais como uma totalidade de que coordenava e adaptava os aspectos da existência humana por meio de mecanismos econômicos, poder político e padrões culturais*" apresenta erro gramatical.

14. *Há poucos dias assisti a um debate...* Neste caso, o verbo *haver* não recebe flexões e, por isso mesmo, é denominado *impessoal*. A frase a seguir também está correta e coerente quanto ao uso da mesma forma verbal: *Hão de existir alguns amigos no novo bairro.*

15. A frase a seguir apresenta erro de regência: *O estabelecimento dessas normas implicou demorado estudo das atribuições e tarefas dos técnicos.*

16. O trecho "*manteve sua rotina de estudo, mesmo que em condições precárias*" e "*por muito que chova, as ruas não serão inundadas*" apresentam a mesma relação sintático-semântica.

17. Considerando a regência do verbo "tender", é obrigatório o emprego do sinal indicativo de crase no "A" em "*tendem a ser mais eficazes*" na frase: "*Pesquisadores adiantam que os processamentos de produtos pela nova tecnologia tendem a ser mais eficazes*".

18. A supressão da vírgula empregada após o vocábulo "prima" implicaria mudança de sentido no período: "*Mandei uma mensagem para minha prima, que mora em Paris*".

19. Sem prejuízo da correção gramatical e da coerência do texto, o período “A economia é tomada como ciência e ponto de partida para diversas análises de cunho social, admitindo sua importância em diferentes esferas da sociedade” poderia ser reescrito da seguinte forma: **Toma-se a economia como ciência e ponto de partida para diversas análises de cunho social, reconhecendo sua importância em diferentes esferas da sociedade.**

20. No período “seria a hora de os estrangeiros comprarem ações e títulos brasileiros”, o verbo **ser** expressa, nesse contexto, uma ideia hipotética, uma possibilidade.

TEXTO PARA AS QUESTÕES 21 A 30

Todas as sociedades produzem estranhos. Mas cada espécie de sociedade produz sua própria espécie de estranhos e os produz de sua própria maneira, inimitável. Se os estranhos são as pessoas que não se encaixam no mapa cognitivo, moral ou estético do mundo - num desses mapas, em dois ou em todos três; se eles, portanto, por sua simples presença, deixam turvo o que deve ser transparente, confuso o que deve ser uma coerente receita para a ação, e impedem a satisfação de ser totalmente satisfatória; se eles poluem a alegria com a angústia, ao mesmo tempo que fazem atraente o fruto proibido; se, em outras palavras, eles obscurecem e tornam tênues as linhas de fronteira que devem ser claramente vistas; se, tendo feito tudo isso, geram a incerteza, que por sua vez dá origem ao mal-estar de se sentir perdido - então cada sociedade produz esses estranhos. Ao mesmo tempo que traça suas fronteiras e desenha seus mapas cognitivos, estéticos e morais, ela não pode senão gerar pessoas que encobrem limites julgados fundamentais para a sua vida ordeira e significativa, sendo assim acusadas de causar a experiência do mal-estar como a mais dolorosa e menos tolerável.

O mais opressivo dos pesadelos que assombraram o nosso século, notório por seus horrores e terrores, por seus feitos sangrentos e tristes premonições, foi mais bem captado na memorável imagem de George Orwell da bota de cano alto pisando uma face humana. Nenhuma

face estava segura - como cada uma estava sujeita a ser culpada do crime de violar ou transgredir. E, uma vez que a humanidade tolera mal todo tempo de reclusão, os seres humanos que transgridem os limites se convertem em estranhos -, mas prestes a vir a sê-lo, longe do dano ilegal de cruzar fronteiras.

Botas de cano alto fazem parte de uniformes. Elias Canetti escreveu sobre os “uniformes assassinos”. Em algum momento do nosso século se tornou comum a compreensão de que os homens uniformizados devem ser mais temidos. Os uniformes eram o símbolo dos servidores do estado, essa fonte de todo o poder e acima de tudo do poder coercitivo ajudado e favorecido pelo poder que absolve da desumanidade. Envergando uniformes, os homens se tornam esse poder em ação; envergando botas de cano alto, eles pisam, e pisam em ordem, em nome do estado. O estado que vestiu homens de uniforme, de modo que estes pudessem ser reconhecidos e instruídos para pisar, e antecipadamente absolvidos da culpa de pisar, foi o estado que se encarou como a fonte, o defensor e a única garantia da vida ordeira: a ordem que protege o dique do caos. Foi o estado que soube o que a ordem devia parecer, e que teve força e arrogância bastante não apenas para proclamar que todos os outros estados de coisas são a desordem e o caos, como também para obrigá-los a viver sob essa condição. Foi este, em outras palavras, o estado moderno - que legislou a ordem para a existência e definiu a ordem como a clareza de aglutinar divisões, classificações, distribuições e fronteiras.

Na sociedade moderna, e sob a égide do estado moderno, a aniquilação cultural e física dos estranhos e do diferente foi uma destruição criativa, demolindo, mas construindo ao mesmo tempo; mutilando, mas corrigindo ... Foi parte e parcela da constituição da ordem em curso, da constituição da nação, do esforço de constituição do estado, sua condição e acompanhamento necessários. E, inversamente, onde quer que a planejada ordem de constituição esteja em andamento, certos habitantes do território a ser ordeiramente feito de maneira nova convertem-se em estranhos que precisam ser eliminados.

Sob a pressão do anseio da moderna constituição da ordem, os estranhos viveram, por assim dizer, num estado de extinção contida. Eram os estranhos, por definição, uma anomalia a ser retificada. Sua presença era a priori definida como temporária, tanto quanto a etapa, atual e fugaz, na pré-história da ordem ainda por vir. Uma coexistência permanente com o estranho e com

o diferente, e a pragmática de viver com estranhos, não precisaram ser enfrentadas à queima-roupa, como uma perspectiva séria. E isso não seria necessário, enquanto a vida moderna continuasse nas mãos de um estado bastante ambicioso e bem-dotado para prosseguir na tarefa. Não é em toda parte, porém, que essas condições parecem, hoje, estar prevalecendo: é numa época que Anthony Giddens chama de "modernidade tardia", Ulrich Beck de "modernidade reflexiva", Georges Balandier de "supermodernidade", e que eu tenho preferido junto com muitos outros) chamar de "pós-moderna": o tempo em que vivemos agora, na nossa parte do mundo (ou, antes, viver nessa época delimita o que vemos como a "nossa parte do mundo" ...).

(Bauman, Zygmunt. A criação e anulação dos estranhos. Adaptado)

Com relação ao texto, julgue os itens a seguir.

- 21.** No contexto da argumentação desenvolvida no 1º parágrafo, a afirmação "cada espécie de sociedade produz sua própria espécie de estranhos" permite-nos afirmar que cada sociedade estabelece para si seus próprios limites sociocomportamentais do que se entende por normalidade.
- 22.** O texto utiliza a imagem "botas de cano alto" (3º parágrafo) como marca do poder paralelo, uma vez que agentes de força de segurança, no contexto referenciado, atuavam em direção oposta às diretrizes estabelecidas pelo Estado.
- 23.** Infere-se do texto que, historicamente, estruturas de poder que compunham as sociedades se utilizaram da violência como método de repressão das diferenças e como instrumento de controle.
- 24.** De acordo com o 4º parágrafo, a imposição de uma ordem na sociedade moderna, coibindo o diferente, se deu com base em contraposição de ideias.
- 25.** Seria mantida a correção gramatical do texto caso a forma verbal "assombraram" (2º parágrafo) fosse substituída por **assombrou**.
- 26.** Os vocábulos "que" destacados em " Foi o estado **que** soube o **que** a ordem devia parecer" (3º parágrafo) pertencem a classes gramaticais distintas.
- 27.** No período "Eram os estranhos, por definição, uma anomalia a ser retificada", o vocábulo "estranhos" ocupa a posição de núcleo do sujeito.
- 28.** No terceiro parágrafo, a forma "los" desempenha a função de complemento indireto da forma verbal "obrigar" em "como também para obrigá-los a viver sob essa condição" e funciona como elemento de coesão.
- 29.** O trecho "Se os estranhos são as pessoas que não se encaixam..." (2º período do primeiro parágrafo) poderia ser reescrito, mantendo-se a correção gramatical, da seguinte forma: **se os estranhos são as pessoas que não encaixam-se**.
- 30.** O conectivo destacado em "uma vez que a humanidade tolera mal todo tempo de reclusão, os seres humanos que transgridem os limites se convertem em estranhos (2º parágrafo)" poderia ser substituído por "como" sem alteração do sentido original.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO*Antônio Daud*

Tomando por base os preceitos doutrinários e as disposições normativas sobre os atos e poderes administrativos, julgue os itens a seguir.

31. Ato complexo resulta da vontade única de um órgão, mas depende da verificação por parte de outro órgão para se tornar exequível.

32. Ao administrativo cassado não apresenta ilegalidade em sua formação, tornando-se ilegal na sua execução.

A respeito dos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

33. Certidão de tempo de serviço representa ato administrativo ordinatório.

34. Particulares podem praticar atos administrativos quando estiverem investidos da função pública.

35. Poder disciplinar consiste na prerrogativa da Administração de punir infrações praticadas tanto por seus servidores quanto pelas pessoas que possuem vínculo jurídico específico com a Administração, sendo que as medidas sancionatórias direcionadas aos particulares em geral não se sujeitam à disciplina dos órgãos e serviços da Administração, na medida em que se fundamentam no poder de polícia.

36. O poder hierárquico não se manifesta nos atos realizados por agentes dos Poderes Judiciário e Legislativo ao exercerem suas funções típicas.

37. O poder normativo consiste na atividade normativa da Administração, destinada ao alcance de benefícios à coletividade, que impõe condições e restrições a particulares.

38. A avocação de atribuições, fundamentada no poder hierárquico, não pode ser invocada caso a lei determine que a atribuição seja exclusiva de determinado órgão ou agente.

Tomando por base os preceitos normativos e jurisprudenciais sobre servidores públicos, julgue os itens a seguir.

39. Servidor público aposentado nomeado para ocupar cargo comissionado pode acumular remuneração do cargo em comissão com os proventos de aposentadoria.

40. As funções de confiança, exercidas por servidores ocupantes de cargo em comissão ou de cargo efetivo, destinam-se às atribuições de direção, chefia, assessoramento, coordenação e fiscalização.

41. A suspensão disciplinar terá seu registro cancelado após o decurso de 5 anos se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

42. Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro por até 180 dias por ano, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor.

43. A promoção interrompe o tempo de exercício do cargo, na medida em que é ao mesmo tempo forma de provimento e de vacância do cargo.

44. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada exclusivamente no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato.

Tomando por base as regras jurídicas aplicáveis às licitações, analise os itens a seguir.

45. São modalidades de licitação a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso e o leilão.

46. Leilão representa a modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.

47. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza intelectual e serviços comuns de engenharia.

48. É dispensável a licitação para a construção de estabelecimentos penais, quando presente grave crise de segurança pública, nos termos da Lei 14.133/2021.

49. Caso não seja possível à Administração definir, com precisão suficiente, as especificações técnicas do objeto a ser licitado, torna-se possível a adoção do diálogo competitivo.

50. Buscando resguardar a proteção ao meio ambiente também nas contratações efetivadas pelo poder público, a legislação prevê o desenvolvimento nacional sustentável enquanto princípio expresso das licitações.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

SEGURANÇA JUDICIÁRIA

Alexandre Herculano

51. Considerando que a segurança das áreas e instalações exige medidas adequadas à singularidade da atividade desenvolvida e ao perfil das vulnerabilidades organizacionais existentes, julgue o item a seguir, relativos à segurança corporativa estratégica.

A teoria das esferas concêntricas considera medidas de segurança nas áreas adjacentes ao prédio protegido, incluindo, somente, as ruas e áreas internas.

52. Considerando que a segurança das áreas e instalações exige medidas adequadas à singularidade da atividade desenvolvida e ao perfil das vulnerabilidades organizacionais existentes, julgue o item a seguir, relativos à segurança corporativa estratégica.

As barreiras para impedir o acesso físico de pessoas se aplicam aos perímetros externos, não se estendendo aos perímetros internos, cujas linhas de proteção são constituídas por outras ferramentas ou mecanismos, de acordo com a avaliação de risco do local.

53. Acerca do gerenciamento de crises, julgue o item a seguir.

A imprevisibilidade, a compressão do tempo e a ameaça à vida e(ou) ao patrimônio, sob o aspecto da segurança institucional, são características gerais de uma crise.

54. Considerando que a segurança das áreas e instalações exige medidas adequadas à singularidade da atividade desenvolvida e ao perfil das vulnerabilidades organizacionais existentes, julgue o item a seguir, relativos à segurança corporativa estratégica.

Em um órgão público as áreas classificadas como livres, de regra, impõem o controle de acesso ao público.

55. Um juiz de direito de certo estado tem recebido, recentemente, ameaças de morte de uma facção criminosa. Por motivos de agenda relevante, o juiz deve comparecer a um enterro de pessoa pública e notória, amplamente divulgado pela mídia.

Tendo em vista essa situação hipotética, julgue o item seguinte, relativos à segurança de dignitários.

O agente de segurança denominado mosca, deverá ser posicionado o mais distante possível do dignitário, de modo a dissuadir qualquer movimento atentatório.

56. Um deputado de certo estado tem recebido, recentemente, ameaças de morte de uma facção criminosa. Por motivos de agenda relevante, o deputado deve comparecer a um enterro de pessoa pública e notória, amplamente divulgado pela mídia.

Tendo em vista essa situação hipotética, julgue o item seguinte, relativos à segurança de dignitários.

O enfoque do planejamento tático que envolve a segurança do dignitário deverá ser essencialmente repressivo.

57. Uma autoridade de certo estado tem recebido, recentemente, ameaças de morte de uma facção criminosa. Por motivos de agenda relevante, o procurador-geral deve comparecer a um enterro de pessoa pública e notória, amplamente divulgado pela mídia.

Tendo em vista essa situação hipotética, julgue o item seguinte, relativos à segurança de dignitários.

O horário de início e encerramento do evento, a sequência de protocolos estabelecidos pelo cerimonial, identificação de saídas de emergência, controles de acesso, local de embarque e desembarque, fazem parte da etapa do planejamento tático denominada reconhecimento.

58. Acerca do gerenciamento de crises, julgue o item a seguir.

O gerenciamento de crises alcança somente os cenários de crises já instaladas ou em ocorrência, criando protocolos e procedimentos distintos para a mera ameaça de crise.

59. Acerca dos sistemas fixos e portáteis de combate ao fogo, julgue o próximo item.

O sistema de detecção de incêndio do tipo endereçável informa, com precisão, o local onde o incêndio ocorre na empresa.

60. Com relação ao Planejamento de Contingências, julgue os itens subsecutivos.

É um programa que comporta ações reativas às contingências, como a reação imediata, a reassunção das funções mais críticas e a recuperação de funções, até a restauração do processo normal pré-contingência.

61. Com relação ao Planejamento de Contingências, julgue os itens subsecutivos.

Uma vez ocorrido um evento não desejado (ou crise), este passa a ser administrado através do programa de Gerenciamento de Crises, que deve ter como características: ações ágeis e eficientes e ao mesmo tempo transparentes, principalmente no que tange aos veículos de comunicação.

62. Sobre as operações de Inteligência, julgue o item.

Quando focam a obtenção de dados negados, podem subsidiar somente a Inteligência na produção do conhecimento; se trabalham para detectar, obstruir ou neutralizar ações adversas, agem exclusivamente em prol da contrainteligência.

63. Com relação às ações necessárias para um planejamento eficaz, eficiente e efetivo do sistema de segurança, julgue o item que se segue.

O planejamento da segurança de dignitários compreende o nível estratégico, no qual se avalia a conjuntura política, social e econômica, e o nível tático-operacional, em que se apresentam as ações a serem adotadas.

64. Com relação às ações necessárias para um planejamento eficaz, eficiente e efetivo do sistema de segurança, julgue o item que se segue.

O grau de risco reduzido é aquele em que o protegido está sujeito aos riscos inerentes ao cargo que ocupa.

65. Considerando que a segurança física e patrimonial das instalações de estabelecimentos públicos ou privados exige uma série de cuidados, e que, no caso de instalações de tribunais, os cuidados devem ser redobrados em função da sensibilidade e dos interesses ali tratados, julgue os itens que se seguem.

A equipe de gestão da segurança de áreas e instalações é responsável por fiscalizar as condições de instalação e conservação dos sistemas de iluminação normal e de emergência nas organizações.

66. Julgue o item com base nos Primeiros Socorros.

Uma vítima de atropelamento por carro está sendo transportada em prancha longa para a ambulância. Observa-se que foi aplicado na vítima colar cervical com o objetivo principal de evitar o deslocamento da articulação temporomandibular.

67. Julgue o item com base no Decreto 11.693/23.

A atividade de inteligência visa à obtenção, à análise e à disseminação de dados, informações e conhecimentos, dentro e fora do território nacional, sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado.

68. Julgue o item com base no Decreto 11.693/23.

São fundamentos do Sisbin: a preservação da soberania nacional, dignidade da pessoa humana e restrição aos temas sensíveis.

69. Para executar sua atividade de modo eficiente e eficaz, um agente de segurança deve ser bem treinado em defesa pessoal. Acerca dos conceitos e dos requisitos dessa disciplina, julgue os itens a seguir.

Na tentativa de domínio de um adversário, segundo o princípio da dor, pode-se paralisá-lo, distraí-lo ou destruir sua integridade física. Nesse âmbito, dor e domínio costumam obedecer a uma relação diretamente proporcional: quanto maior a dor, maior o domínio.

70. A segurança física e patrimonial das instalações e das pessoas que frequentam os ambientes internos de estabelecimentos públicos ou privados demanda o emprego de equipamentos e técnicas específicas. Em relação às técnicas de segurança física e patrimonial e de defesa pessoal e armamento, julgue os itens seguintes.

A defesa pessoal deve ser realizada de forma a prevenir a agressão e controlar o agressor, empregando-se métodos, técnicas e equipamentos que proporcionem uma resposta sem violência e sem uso da força excessiva.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Antônio Pequeno

Acerca dos crimes de abuso de autoridade, previstos na Lei nº 13.869/2019, julgue os itens de **71 a 74**

71. Os crimes de abuso de autoridade, além do dolo, exigem a presença de elemento subjetivo especial, isto é, a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, a atuação por mero capricho ou satisfação pessoal.

72. Aquele que exerce função pública transitoriamente ou sem remuneração não é considerado autoridade pública, de modo que não pode figurar como sujeito ativo nos crimes de abuso de autoridade.

73. Os crimes de abuso de autoridade são de ação penal pública condicionada a representação da vítima, ou, quando incapaz, de seu representante legal.

74. Os particulares jamais poderão concorrer para os crimes de abuso de autoridade, pois estes são privativos de agentes públicos.

Sobre os crimes de racismo previstos na Lei nº 7.716/1989, julgue os itens **75 a 78**

75. Somente a publicação feita em meios impressos é circunstância qualificadora do crime de incitação ao racismo.

76. O texto da Lei nº 7.716/1989 já criminaliza a homotransfobia, sendo desnecessária lei específica para essa finalidade.

77. A fabricação de ornamento com a cruz suástica é um fato típico se houver o propósito de divulgação de ideais nazistas.

78. O delito de injúria racial não é previsto na Lei nº 7.716/1989 e, por isso, não é classificado com um crime de racismo.

79. João portava arma de fogo de uso permitido em via pública quando, ao amarrar seu calçado, ela disparou, sem, no entanto, atingir ninguém. Devido ao barulho provocado, a polícia foi acionada e abordou João, localizando o armamento e constatando que o seu registro de cautela estava vencido.

Nessa situação hipotética, João deverá responder unicamente pelo crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.

80. No Estatuto do Desarmamento, considera-se crime hediondo a posse ilegal de arma de fogo de uso proibido.

81. Nos termos da Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), o crime de Omissão de Cautela é considerado doloso e apenado com detenção.

82. O crime de disparo de arma de fogo é apenado com detenção.

83. De acordo com a Lei nº 9099/1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais) é considerada infração de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes cuja pena máxima não ultrapasse dois anos, cumulada ou não com multa

84. Anderson, primário, de bons antecedentes, foi denunciado por furto simples, sendo que, em audiência de instrução, o Promotor de Justiça ofereceu o benefício da suspensão condicional do processo, nos termos do art. 89, da Lei nº 9.099/1995. A suspensão condicional do processo destina-se a crimes em que a pena mínima cominada foi igual ou inferior a 3 anos.

85. De acordo com a Lei Nº 5553/1968 constitui contravenção penal, punível com pena de prisão simples de 1 (um) a 3 (três) meses ou multa, a retenção de qualquer documento a que se refere esta Lei.

SEGURANÇA JUDICIÁRIA: (ESTATUTO DA PESSOA IDOSA E LEI REFERENTE ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA)

Géssica Ehle

No que se refere aos direitos assegurados às pessoas idosas, julgue os itens seguintes, tendo como referência o Estatuto da Pessoa Idosa.

86. Paula das Couves, de 65 anos, e Maria das Louças, com 80 anos, são amigas e resolveram ir juntas ao Cartório de Registro Civil da cidade onde residem a fim de conseguirem novas vias de certidões, pois ambas deram início ao inventário de seus pais. Diante do caso, nos termos do Estatuto da Pessoa Idosa, Maria das Louças terá atendimento prioritário.

87. João Aparecido sempre gastou muito além do que percebia como salário enquanto ainda em atividade. Hoje, aposentado, com 65 anos e superendividado, não consegue obter acesso à linhas de crédito para comprar um novo automóvel. Nesse sentido, as instituições que negam crédito a João cometem crime de discriminação em razão da idade, previsto pelo Estatuto da Pessoa Idosa.

88. Pedro Pedreira é pessoa idosa, tem 67 anos, e reside no interior do Rio Grande do Sul. Sua casa foi atingida pelas enchentes e Pedro ficou muitas horas dentro da água. Encaminhado ao hospital com quadro de hipotermia, Pedro terá que aguardar o atendimento prioritário de todas as pessoas idosas com mais de 80 anos.

No que concerne aos direitos da pessoa com deficiência, julgue o item seguinte.

89. Segundo a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, todos os indivíduos que forem doadores de sangue terão direito a atendimento prioritário garantido em igualdade de condições às demais pessoas que possuem prioridade, como pessoas idosas e pessoas com deficiência, desde que apresentem comprovante de doação, com validade de 120 (cento e vinte) dias.

90. Nos termos da Lei nº 10.098/00, caso determinada empresa deseje realizar um show beneficente junto a uma praça central de uma cidade, deverá dispor de banheiros químicos e, dentre eles, unidades que serão acessíveis às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, sempre que instalar cem ou mais banheiros, quando deverá respeitar o mínimo de 10% (dez por cento) do total.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Géssica Ehle

Em relação aos direitos humanos, julgue os itens subsequentes.

91. Os direitos humanos de segunda geração estão inseridos em um contexto de maior intervenção do Estado, com o escopo de atenuar as diferenças sociais.

92. Diante do Pacto de São José da Costa Rica, o Brasil se submeteu à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), tendo internalizado tal dispositivo com “status” supralegal, o que viabiliza sua utilização no controle jurisdicional de convencionalidade.

93. Os direitos humanos não são absolutos, podendo sofrer limitações no caso de confronto com outros direitos, premissas que levam ao conceito de relativismo.

94. Pode-se definir os direitos humanos como conjunto de normas, ou como a somatória de atos, valores e normas que, em cada momento histórico, concretizam as exigências de dignidade, liberdade e igualdade humanas, uma vez que positivados na esfera internacional e trazidos para a ordem interna dos Estados.

95. De acordo com as características da historicidade e do “efeito cliquet”, tem-se que os direitos humanos que já tenham sido estabelecidos não poderão sofrer diminuição, restando, ainda, vinculados ao desenvolvimento histórico e cultural das sociedades.

96. Denomina-se primeira fase de internacionalização o período no qual, logo após a Segunda Guerra Mundial, surge a atual concepção de Direitos Humanos, originado do Direito Humanitário, da luta contra a escravidão, caracterizada pelo firmar do Ato Geral da Conferência de Bruxelas, bem como pela criação da OIT.

97. Os tratados internacionais de direitos humanos, para que atinjam “status” de Emenda Constitucional, deverão ser aprovados pelo quórum qualificado de setenta por cento dos votos em dois turnos nas duas casas do Congresso Nacional.

98. Diante de grave violação de direitos humanos, a Constituição Federal admite que seja suscitado o Incidente de Deslocamento de Competência (IDC), diante do risco de responsabilização internacional ao país, procedimento que deverá ser realizado pelo Procurador-Geral da República junto ao Superior Tribunal de Justiça.

99. Nos termos da Constituição Federal de 1988, tem-se o princípio da não exaustividade dos direitos fundamentais, na medida em que dispõe que os direitos nela estabelecidos não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, tampouco outros previstos em tratados internacionais dos quais o Brasil seja parte, máxima que pode ser interpretada à luz dos direitos humanos, quando se aduz que os mesmos mantêm catálogo aberto.

100. Diante da atual Política Nacional de Direitos Humanos, com base no PNDH-3, temos que o mesmo ambiciona implementar mecanismos de menor participação da sociedade e maior intervenção do Estado na efetivação de ações de promoção dos direitos humanos.

101. Ainda que não preveja expressamente a dignidade da pessoa humana como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu mecanismo especial de incorporação de regras relativas a direitos humanos ao ordenamento jurídico brasileiro.

102. Nos termos do Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3) são instituídas diretrizes, objetivos estratégicos e ações programáticas a serem cumpridas pelos Estados, o Distrito Federal, os Municípios, bem como pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público.

103. O texto da Convenção Americana sobre Direitos Humanos afirma que os Estados que aderirem ao seu texto deverão combater apologia perpetrada em favor do ódio racial.

104. De acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, toda pessoa atingida por informações inexatas ou ofensivas emitidas em seu prejuízo tem direito a fazer, pelo mesmo órgão de difusão, sua retificação ou resposta, caminho apresentado como forma alternativa à responsabilidade civil por danos extrapatrimoniais.

105. A Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão jurisdicional do Sistema Interamericano, tem a função principal de promover a observância e a defesa dos direitos humanos e, no exercício do seu mandato, formular recomendações aos governos dos Estados membros.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

106. Considerando os princípios do direito penal e as disposições referentes à aplicação da lei penal no tempo e no espaço, julgue os itens a seguir.

Para efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.

107. A respeito de concurso de pessoas, tipicidade, ilicitude, culpabilidade e fixação da pena, julgue o item a seguir.

Aquele que for fisicamente coagido, de forma irresistível, a praticar uma infração penal, cometerá fato típico e ilícito, porém não culpável.

108. Julgue os próximos itens, referente a fundamentos e noções gerais aplicadas ao direito penal.

Em regra, o fato típico não será antijurídico se for provado que o agente praticou a conduta acobertada por uma causa de exclusão de antijuridicidade.

109. De acordo com o direito penal, julgue os itens seguintes.

Diz-se consumado o crime quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal, e considera-se tentado o crime quando, iniciada a execução, ele não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

110. Acerca da imputabilidade penal e das excludentes de ilicitude, julgue o item.

O agente que estiver amparado pela legítima defesa não responderá pelo excesso culposos, respondendo apenas se o excesso for doloso.

111. Julgue o item a seguir.

De acordo com o artigo 23 do Código Penal Brasileiro, a potencial consciência da ilicitude não consta uma excludente de culpabilidade.

112. Julgue o item a seguir, sobre os crimes de furto e roubo

Há delito de furto e não de roubo quando o sujeito ativo se vale de narcóticos para reduzir a vítima à impossibilidade de resistência para se apoderar dos pertences dela.

113. Julgue os itens seguintes acerca do inquérito policial.

Como responsável pela instauração do inquérito policial, a Autoridade Policial deve agir de ofício, mediante provocação de qualquer pessoa, por requerimento do ofendido ou seu representante legal, no caso de ação penal privada e por requisição de Membro do Ministério Público ou do Poder Judiciário; por requisição do Ministro da Justiça no caso de ação penal pública condicionada.

114. De acordo com as disposições preliminares do Código de Processo Penal, julgue os itens subsequentes.

No caso de investigado solto, o juiz das garantias poderá, mediante representação da autoridade policial e ouvido o Ministério Público, prorrogar, uma única vez, a duração do inquérito por até 15 dias, após o que, se ainda assim a investigação não for concluída, a prisão será imediatamente relaxada.

115. Julgue o item a seguir tendo por base a teoria da prova.

Nos crimes não transeuntes, deve ser realizado o exame de corpo de delito.

116. Sobre as provas no processo penal, julgue o item a seguir.

Em caso de reconhecimento de pessoa, se houver razão para recear que a pessoa chamada para o reconhecimento, por efeito de intimidação ou outra influência, não diga a verdade em face da pessoa que deve ser reconhecida, a autoridade providenciará para que esta não veja aquela.

117. Nos moldes do Código de Processo Penal analise a questão a seguir. A prisão em flagrante é modalidade de prisão cautelar, de natureza judicial, realizada, apenas, no instante em que se desenvolve ou termina de se concluir a infração penal.

118. No tocante às prisões, julgue o item a seguir.

A prisão preventiva pode ser decretada para tutelar fatos pretéritos relacionados ao perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.

119. No que diz respeito às prisões no processo penal, conforme o entendimento dos tribunais superiores, julgue o item.

Não se pode decretar a prisão temporária pelo simples fato de que alguém não possua endereço fixo.

120. Acerca da fiança, julgue o item a seguir.

Há quebra da fiança quando o réu praticar nova infração penal, dolosa ou culposa.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>